O III PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E O ALINHAMENTO DAS DIRETRIZES SETORIAIS DA EDUCAÇÃO PARANAENSE (1979-1985)

Celso Hotz[1]
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO:
Neste artigo, analisamos como se efetivou o alinhamento dos planos setoriais de educação nos níveis federal e estadual, aos planos econômicos globais, no período de 1979 a 1985. Partimos do pressuposto de que os documentos de governo "III PSECD - Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 a 1985)" e "Diretrizes Setoriais da Secretaria de Estado da Educação-1980/1983" evidenciaram os encaminhamentos para a área da educação do período, e que houve estreita ligação entre estes documentos e o "III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985)" e as "Diretrizes Globais (1979-1982)", os quais tratavam da política econômica. Verificamos que a política educacional do período incorporou os problemas sociais, ao passo que propalava o atendimento à população socialmente excluída, com o aumento da renda pessoal e na suposta distribuição dos benefícios do desenvolvimento. O alinhamento dos documentos analisados reforçou a função estratégica da educação formal para a execução dos programas de governo, ao colaborar ideologicamente para o propalado desenvolvimento do país, no incremento do mito da ascensão social pela escolaridade.
***Palavras-chave*:** Política Educacional; planos de governo; desenvolvimento econômico brasileiro.

THE PLAN III SETORIAL OF EDUCATION, CULTURE AND SPORT AND THE ALIGNMENT OF THE DIRECTIVES SETORIAIS OF THE EDUCATION FROM PARANÁ (1979-1985)

ABSTRACT:
In this article, we analyse how if it brought the alignment of the plans into effect sectors of education in the federation and state levels, to the economical global plans, in the period from 1979 to 1985. We proceeded from the assumption of what the documents of government " PSECD III - Plan Sector of Education, Culture and Sport (1980 to 1985) " and " Directives Sectors of the General office of State of the Education-1980/1983 " showed the directions up for the area of the education of the period, and what there was narrow connection between these documents and the " PND III - National Plan of Development (1980-1985) " and the " Global Directives (1979-1982)", which were treating the economical politics. We check that the education politics of the period incorporated the social problems, while it was divulging the service to the socially excluded population, with the increase of the personal income and in the supposed distribution of the benefits of the development. The alignment of the analysed documents reinforced the strategic function of the formal education for the execution of the programs of government, while collaborating ideologically for the divulged development of the country, in the growth of the myth of the socially ascent for the schooling.
Key-Words: Education politics; plans of government; economical Brazilian development.

Introdução

O objetivo do presente trabalho é apresentar reflexões sobre os planos setoriais de educação do Brasil e do Paraná, produzidos entre os anos de 1979 a 1985, analisando particularmente os documentos "III PSECD - Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 a 1985)" e "Diretrizes Setoriais da Secretaria de Estado da Educação - 1980/1983".

Partimos do pressuposto de que havia um alinhamento entre estes dois planos setoriais, e destes com o "III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985)" e as "Diretrizes Globais (1979-1982)[2]", sendo que os vínculos existentes entre os documentos revelam as proposições para a educação do período.

O contexto histórico em questão desencadeou e evidenciou elementos determinantes para o direcionamento da elaboração dos documentos da área educacional que analisamos neste trabalho, sendo um dos principais elementos, a pobreza vivenciada pela maioria da população brasileira.

Pobreza causada pela crise econômica mundial acirrada pela "[...] segunda crise do petróleo, a disparada das taxas de juros e a prolongada recessão das economias industrializadas" (TAVARES, 1993, p.142), e principalmente pelos encaminhamentos econômicos do regime militar, que deixou como saldo inflação incontrolável, enorme dívida externa, desemprego em massa e concentração de renda, fatores estes que alargaram a distância entre pobres e ricos no Brasil.

Os objetivos para a educação do período analisado, explicitados nos planos e diretrizes setoriais, incorporam os problemas sociais do início da década de 1980, ao passo que propalavam o atendimento à população excluída socialmente com o aumento da renda pessoal e uma suposta distribuição dos benefícios do desenvolvimento, sinalizando a função ideológica e estratégica que a educação vai recebendo na resolução da questão da pobreza no Brasil.

O III PSECD e o contexto histórico de sua elaboração

Como plano diretivo da educação nacional, o III PSECD - Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 a 1985) foi elaborado num contexto histórico onde alguns determinantes nortearam suas proposições:

- O esgotamento do chamado "milagre econômico", que sinalizou também o fim da proposição desenvolvimentista brasileira, posta em prática, conforme Fiori (1997, p. 141) desde a década de 30, o qual foi de certo modo, responsável, "[...] sobretudo depois de 1950, pela industrialização brasileira";
- A "redescoberta da pobreza" (FAGNANI, 2005, p.82), uma vez que o início da década de 1980 sintetizou os problemas sociais provenientes de um processo de acumulação de capital intensificado a partir do golpe de 1964;
- A derrocada processual do regime ditatorial instaurado, numa nova rearticulação das frações políticas em disputa pelo poder, onde a participação popular foi instigada em torno de uma possível democratização política, que não se efetivou, quem dirá a democratização econômica para a grande maioria da população brasileira.

Os determinantes acima arrolados foram desencadeados de maneira que possibilitaram às políticas sociais desempenharem importante papel ideológico na sociedade brasileira, e, sobretudo a educação, constituir-se em "[...] um dos elementos fundamentais para a manutenção ideológica aos indigentes" (FIGUEIREDO, 2005, p.178).

Desta forma, diante da crise social intensificada no início de 1980 no Brasil, a ênfase na "questão social" foi ganhando cada vez mais espaço nas propostas públicas

governamentais, bem como nos discursos dos governantes, inclusive como constituinte das prescritivas de organismos internacionais de financiamento, onde, através da concessão de empréstimos aos países periféricos do capitalismo mundial, passaram a financiar como prioridade a "contenção da pobreza".

Articulado à proposição de "abertura política" propagada naquele período, o III PSECD - Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 a 1985) teve sua elaboração subsidiada por discussões regionalizadas, com a presença de vários secretários estaduais de educação, no intuito de atrair um envolvimento social e político que o respaldasse.

O documento "Subsídios para a elaboração, do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos" representou a possível síntese desses encontros regionalizados, que teve entre os dias 10 e 13 de setembro de 1979 a etapa regional no sul do Brasil, na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina.

Neste documento, podem-se visualizar as linhas prioritárias de ação que norteariam o trabalho do setor educacional durante os cinco anos seguintes, configurando-se nas diretrizes da política educacional brasileira daquele período (1980-1985).

Num contraponto entre os "Subsídios para a elaboração do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos" e o III PSECD, percebe-se poucas modificações quanto ao documento final, ou seja, o III PSECD - Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 a 1985), sendo a "alocação de recursos" retirada das linhas de ação e incluída no documento final como um dos objetivos gerais, além de outras alterações no corpo do texto do documento final, sem, no entanto, omitir os pressupostos diretivos e propositivos que norteavam a política educacional do período em questão.

O documento "Subsídios para a elaboração do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos" já apontava um dos eixos principais que apareceria no III PSECD, ou seja, uma política educacional "[...] voltada para um dos pontos centrais da política social, a saber, aquele que está se chamando, de alguma maneira, de compromisso com a pobreza." (DEMO in BRASIL, 1979, p. 67)

A primeira linha programática do III PSECD dizia respeito à educação do meio rural, "[...] buscando um dos focos mais acentuados de pobreza no País" (BRASIL, 1980a, p.15). Esta linha justifica-se, segundo o plano: pelas baixas taxas de escolarização rural; os alarmantes índices de repetência e de evasão escolar; e na dificuldade de adequação da educação às particularidades da clientela rural (BRASIL, 1980a, p.15).

A segunda linha programática de ação era complementar à primeira, visando o atendimento à educação nas periferias urbanas. Nesta linha, afirmava-se o caráter redistributivo e mobilizador como dimensões essenciais da educação. O objetivo era enfatizar a educação pré-escolar e a supletiva (BRASIL, 1980a, p.15).

Já a terceira linha programática do III PSECD, enfatizava o desenvolvimento cultural, na tentativa de superar a exclusão das expressões populares e o caráter de privilegiamento dado à cultura elitista e intelectual. (BRASIL, 1980a, p.16)

A quarta linha programática indicava a possível valorização dos recursos humanos ligados à educação. Objetivava-se a melhoria salarial dos trabalhadores em educação, bem como a capacitação dos recursos humanos, a fim de criar uma estrutura sólida e aperfeiçoada (BRASIL, 1980a, pp.16-17).

Para levar adiante estas quatro linhas programáticas, o III PSECD ressaltava a importância do planejamento e da modernização técnico-administrativa, buscando o planejamento descentralizado, bem como a aplicação da tecnologia à educação e produção de indicadores confiáveis (BRASIL, 1980a, pp.17-18).

Ressaltava também o sistema de captação e alocação de recursos para o setor educacional, requerendo a racionalização dos recursos já existentes, ao passo que "[...] nem todo aumento de dotações ou criação de novas fontes de arrecadação leva necessariamente à ampliação de oportunidades educativas para todos" (BRASIL, 1980a, pp.17-18).

Além de traçar quatro linhas prioritárias para a área educacional, o III PSECD trazia ainda linhas prioritárias de ações para cada região da federação brasileira. Neste trabalho, nos deteremos nas linhas referentes à região sul do Brasil, que eram as seguintes: a) incentivos à municipalização do ensino de 1º grau, à cultura e ao desporto; b) estímulo à expansão e ao fortalecimento do ensino de 2º grau; c) assistência ao estudante (BRASIL, 1980a, pp.41-42).

Alinhamento do III PSECD ao III PND

Como todos os documentos setoriais, o III PSECD era parte integrante de um documento global, neste caso, do terceiro e último plano nacional do regime militar, o III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985).

Faz-se necessário o entendimento de que o III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985) e o III PSECD - Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 a 1985) definiam as políticas para os estados federativos, ajustando-as aos objetivos nacionais.

No direcionamento setorial da educação, o III PSECD, através de suas linhas de ação, estava submetido às prescritivas do III PND, sendo que ambos remetiam à pobreza e à redistribuição de renda no Brasil.

Como documento balizador do III PSECD, o III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985) apontava como os grandes objetivos nacionais daquele período: I) acelerado crescimento da renda e do emprego; II) melhoria da distribuição da renda, com redução dos níveis de pobreza absoluta e elevação dos padrões de bem-estar das classes de menor poder aquisitivo; III) redução das disparidades regionais; IV) contenção da inflação; V) equilíbrio do balanço de pagamentos e controle do endividamento externo; VI) desenvolvimento do setor energético; e VII) aperfeiçoamento das instituições políticas (BRASIL, 1980b, pp.8-11).

São claros, também, os apelos de redistributivismo e de participacionismo constantes no III PND, com a "[...] a construção de uma sociedade desenvolvida e livre em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível" e no propalado reconhecimento da pobreza, ao passo que "[...] a escolha desta orientação decorre do objetivo-síntese e do reconhecimento de que a repartição social dos resultados da expansão econômica nacional tem beneficiado desigualmente as classes sociais" (BRASIL, 1980b, p.8).

Ao tratar das políticas sociais, sobretudo da educação e cultura, o texto do III PND colocava que,

> A política de educação, cultura e desportos, como parte da política social, se compromete a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se, preferentemente, para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se obtenha uma sociedade democrática, na qual o acesso às oportunidades não seja apenas função da posse econômica e do poder. Educação é direito fundamental e ação basicamente mobilizadora, encontrando, especialmente em sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania (BRASIL, 1980b, p.48).

O discurso em favor da distribuição de renda contido no III PND, tinha como interlocutores "[...] as classes subalternas, o povo pobre das periferias urbanas e das áreas rurais e, com menor intensidade, uma parte das chamadas classes médias empobrecidas pelas políticas econômicas dos sucessivos governos militares" (GERMANO, 1994, p.233).

Articuladas a um "compromisso" com a pobreza, as políticas regionais submetem-se às implicações das políticas nacionais, e estas estão da mesma forma articuladas direta ou indiretamente com ações de âmbito maior, ou seja, políticas externas condicionadas por organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, estes sob a hegemonia política, militar e econômica dos países cêntricos do capitalismo, particularmente os países do chamado G-7 (EUA, Inglaterra, França, Canadá, Alemanha, Japão e Itália).

Os organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial, a partir da década de 1980 prescreveram linhas governamentais aos países latino-americanos, incluindo o Brasil, onde "[...] houve explícita intervenção político-ideológica e financeira do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional nas decisões econômicas e sociais do país, avalizada pelo consentimento do governo federal e das elites dirigentes" (SILVA 2002, p.124).

O Banco Mundial e outros organismos internacionais, de caráter bilateral ou multilateral, passaram a formular políticas para a educação, e para realizar esta tarefa, tiveram acesso aos dados e estatísticas colocados à sua disposição pela equipe brasileira, realizando diagnósticos, avaliações e prognósticos para a educação (SILVA, 2002, p.67).

Um destes relatórios foi elaborado na região oeste do Paraná, fazendo um levantamento econômico, social e educacional extremamente técnico de três cidades da região: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu[3].

Na realidade, o "compromisso" com a pobreza por parte do Banco Mundial, assim como faziam o III PND e o III PSECD, era parte de uma estratégia econômica, social e política nacional e internacional, cujo objetivo perseguia a "contenção da pobreza"[4] , pois,

> Em cualquier país em desarrollo, el objetivo básico del Banco Mundial es exactamente el mismo: prestarle asistencia para acelerar su crecimiento econômico y mejorar lãs oportunidades de sus habitantes, y de esse modo hacer posible el logro de um mejor nível de vida para todos (BANCO MUNDIAL apud SILVA, 2002, p.69).

A preocupação dos governos militares que se seguiram de 1964 a 1985, estava voltada para a manutenção da ordem econômica e social capitalista, e a educação aparecia como uma das estratégias econômicas e ideológicas para a viabilização daquele modelo societário defendido.

As Diretrizes Setoriais da Secretaria de Estado da Educação - 1980/1983 e seus vínculos com o III PSECD: indicando as proposições para a educação do período

O documento intitulado "Diretrizes Setoriais da Secretaria de Estado da Educação-1980/1983" norteou as ações relacionadas à educação no estado do Paraná, no período de 1979 a 1982, sendo elaboradas nos momentos finais do regime militar, em meio às redefinições e articulações sociais, políticas e econômicas que tencionavam a conjuntura política e econômica nacional e internacional, tais como a "crise da dívida" que eclodiu no início dos anos 1980, e condicionou o embate das forças internas e externas do país.

Outro aspecto importante a salientar, é o de que o êxito dos programas, projetos e planos regionais, e especificamente no caso do estado do Paraná, o êxito das "Diretrizes Setoriais da Secretaria de Estado da Educação-1980/1983", estava atrelado ao seu

alinhamento com o planejamento e as diretrizes que sustentavam o III PSECD, implementado pelo governo federal.

Tal alinhamento se caracterizava nos princípios e diretrizes comuns que regiam as Diretrizes Globais, o III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985) e o III PSECD - Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (1980-1985), ao passo que propalavam o atendimento à população excluída socialmente, com o aumento da renda pessoal e uma suposta distribuição dos benefícios do desenvolvimento. Todavia, o desenvolvimento nacional tinha como prescritiva o aumento da participação internacional nos aspectos econômicos, sobretudo por parte dos E.U.A. - Estados Unidos da América e outros países componentes do grupo de países centrais do capitalismo.

Esse tipo de "capitalismo associado"[5] vivenciado no período correspondeu ao ingresso intensivo de capital estrangeiro direto, ao aumento de empréstimos junto aos organismos internacionais, como o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial, principalmente para o financiamento de ações de infra-estrutura e políticas sociais.

As "Diretrizes Setoriais da Secretaria de Estado da Educação - 1980/1983" apontavam oito diretrizes norteadoras de suas ações para o período:

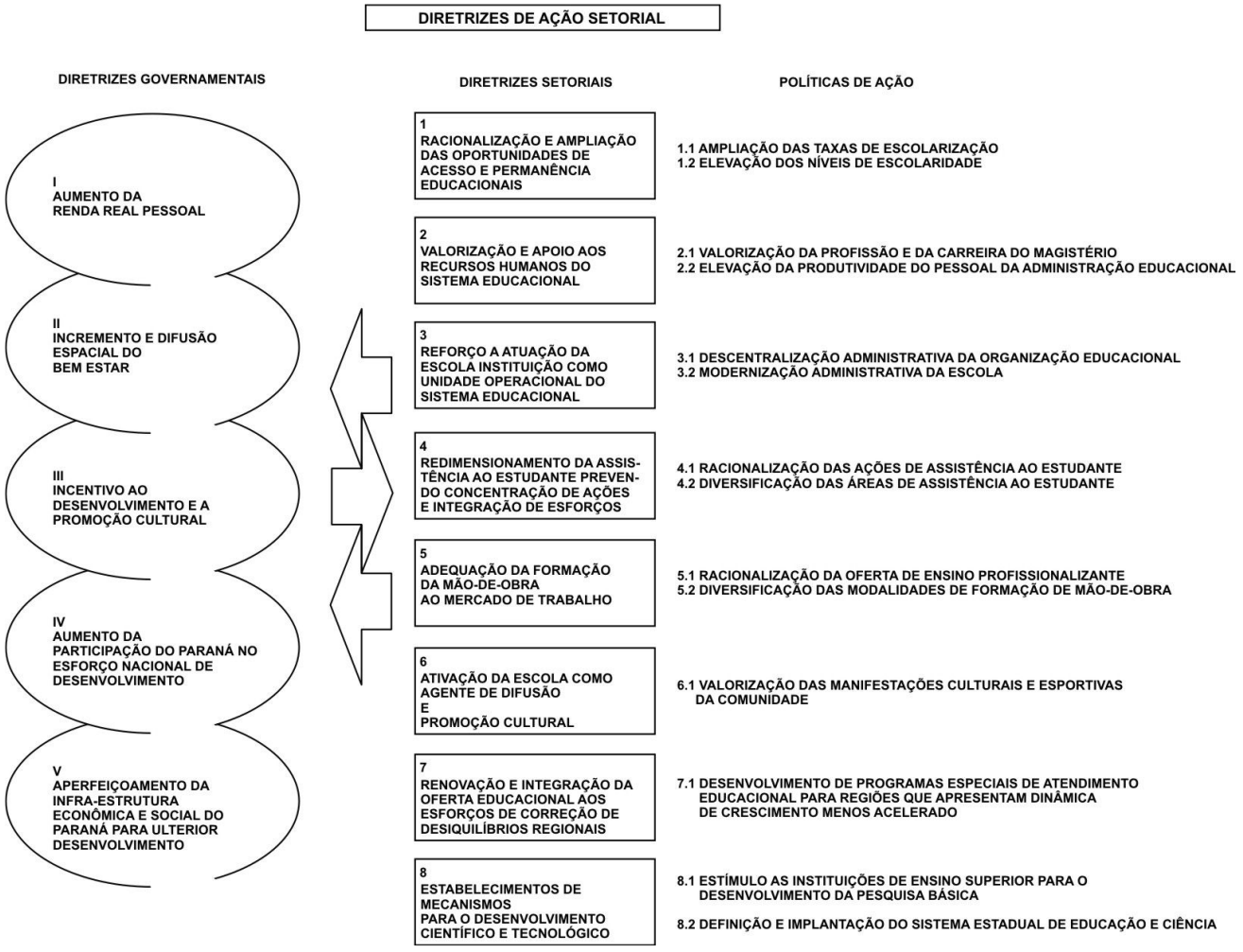
> 1)Racionalização e ampliação das oportunidades de acesso e permanência educacionais;
> 2) Valorização e apoio aos recursos humanos do sistema educacional;
> 3) Reforço a atuação da escola instituição como unidade operacional do sistema educacional;
> 4)Redimensionamento da assistência ao estudante prevendo concentrações de ações e integração de esforços;
> 5) Adequação da formação da mão-de-obra ao mercado de trabalho;
> 6) Ativação da escola como agente de difusão e promoção cultural;
> 7) Renovação e integração da oferta educacional aos esforços de correção de desequilíbrios regionais;
> 8) Estabelecimento de mecanismos para o desenvolvimento científico e tecnológico (PARANÁ, 1979b, p.23).

Estas diretrizes buscavam a articulação dos objetivos da área educacional às políticas econômicas, tanto no âmbito estadual como federal, de modo a estabelecer vínculo estreito com as Diretrizes Globais (nível estadual) e concomitantemente com o III PND e o III PSECD (nível federal), já que todos estes documentos traçavam as ações econômicas, políticas e sociais para o governo do período.

Os vínculos entre as Diretrizes Setoriais da SEED e as Diretrizes Globais são explicitados no organograma:

Quadro I

Organograma das Diretrizes de Ação Setorial - SEED – PARANÁ



Fonte: PARANÁ, Governo do Estado do. **Diretrizes Setoriais (1980-1983).** Secretaria de Estado da Educação, 1979, p. 23.

É na análise destes documentos que vão explicitando-se as proposições em relação à educação do período analisado, assim como sua articulação com as intenções proclamadas e realizadas.

Como uma das principais formas de "conter a pobreza", a educação ocupava a função de preparação e implementação de mão-de-obra, objetivando a capacitação profissional, sendo tal perspectiva articulada integralmente ao propugnado nas proposições e diretrizes educacionais empreendidas com a Lei 5.692/1971, e as ações e programas propostos através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e os Planos Setoriais para a Educação.

Para o governo paranaense do período,

> A melhor qualificação, ensejando maiores oportunidades no mercado de trabalho e tornando mais provável a remuneração com salários mais

> compensadores, constitui importante fator para o acréscimo da renda real pessoal. A capacitação profissional constituirá, por isso, objetivo em que será concentrada constante atenção (PARANÁ, 1979a, p.38).

Porém, a contradição entre qualificação e oferta de emprego é escamoteada nos planos e diretrizes governamentais, uma vez que o mercado de trabalho nem sempre oportuniza vagas a todos os que possuem uma qualificação profissional[6].

A visão centrada nas oportunidades de empregos geradas a partir da qualificação para o trabalho, para com isso diminuir a pobreza da população através do emprego e renda, desconsiderava que naquele momento histórico (e ainda hoje), o mercado não disponibilizava quantidades de vagas suficientes, nem mesmo para aqueles "capacitados" pelo sistema escolar ou considerados qualificados em programas de educação profissional.

Remete-se para o sistema escolar a tarefa de proporcionar o adequado preparo aos que disputarão as possíveis vagas existentes no mercado de trabalho, ao passo que neste período o ensino profissionalizante é obrigatório no nível de ensino de 2º grau.

Havia uma preocupação por parte dos governos estadual e federal daquele período, em fazer uso do sistema educacional para suprir as necessidades do mercado capitalista, que segundo o discurso liberal, exige cada vez mais a qualificação de mão-de-obra para atender as propaladas exigências do desenvolvimento e crescimento econômicos.

Ao atender a linha prioritária do III PSECD para a região sul do país, "estímulo à expansão e ao fortalecimento do ensino de 2º grau", as "Diretrizes Setoriais da Secretaria de Estado da Educação-1980/1983" traziam como sua quinta diretriz, a "Adequação da formação de mão-de-obra ao Mercado de Trabalho", explicitando o importante papel da educação para o atendimento das exigências que estariam supostamente sendo requeridas pelo desenvolvimento econômico. Daí vem, inclusive, a ênfase no nível de ensino do 2º grau, como nível estratégico para perseguir esta proposição de formação para o mercado capitalista.

Uma das preocupações desta Diretriz era

> [...] renovar esforços para intensificar procedimentos não formais de capacitação para os vários segmentos produtivos, permitindo de maneira mais rápida, a menores custos e de forma mais extensiva, dispor a economia paranaense dos recursos humanos indispensáveis ao seu desenvolvimento. (PARANÁ, 1979b, p.45)

Como fase final dos estudos obrigatórios, o ensino de 2º grau prescrevia um "[...] grande compromisso para com o esforço brasileiro de desenvolvimento" (PARANÁ, 1981, folha 02), porém, apresentando alguns problemas para sua implementação, o que também ocorreu em grande parte dos outros estados federativos, com o caráter profissionalizante compulsório do 2º grau.

Tais problemas estavam relacionados à concretização da reforma do ensino de 2º grau preconizada pela Lei 5.692/71, pois "[...] a principal aspiração dos formandos do 2º Grau continua sendo o ingresso no ensino superior, havendo aparentemente pouco interesse pela profissionalização" (PARANÁ, 1981, folha 02).

Outros dificultadores para ensino de 2º grau estavam ligados ao fato de que "[...] a exigência legal para as escolas oferecerem cursos profissionalizantes fez com que proliferassem as habilitações voltadas ao setor terciário por serem menos onerosas para implantar" (PARANÁ, 1981, folha 02), e "[...] as taxas de evasão continuam elevadas e uma das hipóteses levantadas é a de que muitos alunos abandonam os cursos para ingressar

no mercado de trabalho, como mão de obra formalmente qualificada" (PARANÁ, 1981, folha 02).

Era evidenciado ainda a "[...] falta de pessoal especializado para ministrar a parte prática do ensino profissionalizante, com reflexos na qualidade de ensino", e o "[...] reduzido número de alunos do ensino de 2º grau que completam quatro séries de estudos" (PARANÁ, 1981, folha 04).

Assim, o próprio governo daquele período verificava que "[...] embora os esforços da administração, ainda se está longe de atingir os objetivos explícitos na Lei 5692, no que tange à profissionalização do segundo grau" (PARANÁ, 1981, folha 02).

Além dos pontos problemáticos expostos pela SEED do Paraná em relação ao ensino de 2º grau, esta secretaria verificou o aumento da procura por cursos preparatórios para o vestibular, corroborando com "[...] a hipótese de que o ensino superior é a principal meta dos estudantes do segundo grau", uma vez que "[...] a profissionalização só interessa a uma minoria entre a clientela dos cursos de segundo grau" (PARANÁ, 1981, folha 03).

Apesar da verificação do fracasso da profissionalização do ensino de 2º grau, o governo investia, previsivelmente por força da Lei 5.692/71, na

> [...] implantação das habilitações básicas e técnicas por meio da aquisição de equipamentos dos ambientes destinados à parte profissionalizante dos currículos, dando continuidade ao aprimoramento do processo de formação da clientela desse grau de ensino (PARANÁ, 1981, folha 04).

As ações propostas pela SEED do Paraná, através das Diretrizes Setoriais para a Educação, eram materializadas por seus programas e projetos, contidos nos seus Planos de Trabalho, e inserido em um destes programas, estava o projeto "Ensino de 2º Grau", com duração de 12 meses. Um dos objetivos deste projeto era "[...] Promover a melhoria qualitativa do ensino de 2º grau, propiciando condições satisfatórias de atendimento à clientela, com vistas a uma adequada preparação profissional" (PARANÁ, 1981, folha 03).

O governo, além de outras ações, ofereceu apoio à rede de ensino particular para aquisição de equipamentos e promoveu assistência técnica e acompanhamento ao ensino de 2º grau, inclusive sustentados em programas e projetos financiados pelos organismos financeiros internacionais.

Ainda na ênfase do nível de 2º grau como estratégico na perseguição de suas proposições para a educação, o governo paranaense do período implementou um programa que deu origem aos "Centros de Excelência".

A constituição destes "Centros de Excelência" visava "[...] atividades de melhoria da infra-estrutura das escolas, adaptação curricular, aperfeiçoamento de recursos humanos, reavaliação de métodos e processos de ensino e incentivo à pesquisa" (PARANÁ, 1981, folha 10) além de prescrever a

> [...] adequação dos cursos de formação ao mercado de trabalho, procurando, além do encaminhamento dos jovens a um emprego compatível com as suas tendências e aptidões; prevenir a ocorrência de problemas de ordem social, tais como o de desajustamento de uma clientela face às exigências do mercado[7] (PARANÁ, 1981, folha 10).

Os "Centros de Excelência" prescreviam dinamizar o atendimento ao mercado de trabalho, buscando a "qualidade de formação de mão-de-obra", de maneira que eles deviam "[...] proporcionar aos educandos, bases mais sólidas de formação profissional e

maiores oportunidades de promoção social e de concorrer para o desenvolvimento da economia paranaense" (PARANÁ, 1980, p.96).

A qualidade do ensino estava para o governo paranaense daquele período, assim como para o governo federal, proporcionalmente atrelada ao fornecimento de mão-de-obra ao mercado de trabalho, sendo que, de modo geral, a política educacional para todos os níveis educacionais e particularmente no ensino de 2º grau, refletia as condições e tensões demandadas pelas exigências produtivas ancoradas no projeto de "desenvolvimento associado".

Além do vínculo direto à formação para o mercado de trabalho capitalista, os alinhamentos das Diretrizes Setoriais da SEED com o III PSECD se davam ainda no atendimento da população carente do meio rural e das periferias urbanas, sendo estas duas linhas contempladas pela diretriz setorial da educação paranaense "Racionalização e Ampliação das Oportunidades de Acesso a Permanência Educacionais".

As ações desta diretriz canalizavam-se na melhoria do acesso escolar no meio rural, com a utilização e ampliação da capacidade física e docente das escolas de 1º e 2º graus, além da intensificação das modalidades educativas não formais e informais, tanto no meio rural como urbano.

A quarta linha programática do III PSECD, referente à valorização dos recursos humanos ligados à educação, foi contemplada na diretriz da SEED "Valorização e Apoio aos Recursos Humanos do Sistema Educacional", pois ambos os documentos evidenciavam a necessidade da valorização da profissão e da carreira do magistério e elevação da produtividade do pessoal da administração educacional.

Porém, a valorização do magistério não foi cumprida, o que pode ser evidenciado, por exemplo, a partir das várias greves, paralisações e manifestações de protesto por parte da categoria que se realizaram naquele período histórico, nos níveis estadual e federal, explicitando a falta de investimentos no magistério.

A primeira prioridade da região sul apontada pelo III PSECD, ou seja, o incentivo à municipalização do ensino do 1º grau, à cultura e ao desporto, era contemplada pela diretriz da SEED do Paraná "Reforço a atuação da escola instituição como unidade operacional do sistema educacional", esta, visando inclusive a descentralização do sistema educacional, com a transferência de responsabilidades pelo ensino de 1º grau aos municípios[8].

O III PSECD colocava a assistência ao estudante como terceiro objetivo a ser perseguido pelos três estados federativos que compunham a região sul do Brasil, de modo que a quarta diretriz da SEED "Redimensionamento da assistência ao estudante prevendo concentrações de ações e integração de esforços", fazia com que o Paraná contemplasse este objetivo federal, através da articulação com projetos federais, municipais, particulares e internacionais, assim como a intensificação da participação da comunidade nos programas educacionais e da utilização das Instituições de Ensino Superior em atividades de assistência ao estudante.

Em um dos Planos de Trabalho da SEED do Paraná, também é possível verificar a articulação das estratégias estaduais e federais, no setor educacional:

> Dentre outros setores, o III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1980-1985) aponta como prioritário o setor social onde a prioridade para seu desenvolvimento é decorrência da realidade social existente e do objetivo-síntese de desenvolver e democratizar a sociedade brasileira. Por outro lado AS DIRETRIZES GLOBAIS PARA A AÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ 1980/1983 enfatizam a melhoria da qualidade de vida, através do Aumento da Renda Pessoal e

> do Incremento e Difusão Espacial do Bem Estar, ampliando a capacidade de aquisição de bens e serviços de cada um dos habitantes do Paraná e facilitar-lhes o acesso aos mesmos (PARANÁ, 1981, folha 30).

É na análise dos documentos setoriais para a área educacional, portanto, que os vínculos e alinhamentos entre as esferas estadual e federal de governo do período vão explicitando-se, e juntamente com estes vínculos, manifestam-se as funções estratégicas que a educação vai assumindo, no período analisado, no Paraná e no Brasil.

Considerações Finais

Pelo estudo dos documentos setoriais da educação do período de 1979 a 1985 "III PSECD - Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 a 1985)" no nível federal e as "Diretrizes Setoriais da Secretaria de Estado da Educação - 1980/1983" no nível estadual, juntamente com os documentos "III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985)" e "Diretrizes Globais (1979-1982)", podemos verificar as proposições para a área educacional no Brasil e no Paraná, naquele período histórico.

A educação apresentou-se neste período como estratégica para a execução dos programas de governo, ao colaborar ideologicamente para o propalado desenvolvimento do país, no incremento do mito da ascensão social pela escolaridade.

Entendida como "[...] instrumento de democratização de oportunidades e melhoria futura da distribuição de renda, com ênfase nos objetivos da universalidade do ensino básico e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento" (INEP, 1987, p.491), a educação esteve atrelada, principalmente no nível de ensino de 2º grau, à estratégia ideológica reforçadora do desenvolvimento econômico acelerado.

O chamado "compromisso com a pobreza" percorreu os textos dos documentos analisados e também os discursos políticos[9] dos momentos finais do regime ditatorial no país, compelido pela realidade social pouco (ou nada) favorável deste período histórico, dada a pobreza da maioria da população em conseqüência dos encaminhamentos políticos e econômicos reforçadores do modelo societário capitalista.

Tais encaminhamentos políticos e econômicos privilegiaram a burguesia interna e externa, aumentando a concentração de renda e impedindo o acesso da maioria da população brasileira aos benefícios sociais do crescimento econômico principalmente no período do "milagre", que não se perpetuou inclusive pela abdicação do Estado em relação ao seu papel de condutor do desenvolvimento do país, explicitado no fracasso da estratégia desenvolvimentista (FIORI, 2001, p.11).

Constituinte das políticas sociais, a educação desempenhou função ideológica estratégica para o governo do período, que a apontava como necessária para proporcionar a igualdade de oportunidades através da formação, da assistência ao aluno carente, da compra de vagas em estabelecimentos particulares de ensino (bolsas de estudo), e da distribuição de material didático e merenda escolar.

Não obstante, a tentativa do Estado em resolver os problemas sociais promovendo renda ao trabalhador brasileiro, ou mesmo proporcionando igualdade de oportunidades através da concessão de bolsas, materiais didáticos e merenda, não rompe com a reprodução e a exploração capitalista, e mais do que isso, as endossa e as reforça.

Do mesmo modo, o alinhamento verificado entre os planos e diretrizes não eliminou o aspecto fragmentado e pragmático para a resolução dos problemas sociais no Brasil, uma vez que tais políticas são elaboradas a partir de um modelo societário

capitalista, e ao invés de refutá-lo, o reproduzem pelo discurso liberal da igualdade de oportunidades, que se distancia cada vez mais da igualdade de condições.

Para a materialização desta última, são vastos os limites da política educacional. Porém, por esta ser uma das políticas sociais implementadas pelo Estado burguês, aponta para possibilidades, já que não reflete somente concessões do capitalismo, mas evidencia os embates sociais a partir do modo de produção e explicita as contradições existentes entre capital e trabalho.

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Educacion Documento de política sectorial.** Washington, D.C., 1975.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **III Plano Setorial da Educação, Cultura e Desportos 1980/1985.** Brasília, MEC/DDD, 1980a.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. **Subsídios para a elaboração do III Plano Setorial da Educação, Cultura e Desportos.** Brasília, MEC, 1979.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura/OEA. **Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo – Estado do Paraná, Brasil.** Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978 – Projeto Especial MEC/OEA.

BRASIL. República Federativa do. **III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.** 1980/1985, ano 1980b.

CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro, F. Alves, 1988.

CUNHA, Luis Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1991.

DEITOS, Roberto Antonio. **Ensino Médio e profissional e seus vínculos com o BID/BIRD: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional.** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2000.

DEITOS, Roberto Antonio. **O capital financeiro e a educação no Brasil.** Campinas, SP: UNICAMP - Faculdade de Educação, 2005 (Tese de doutorado).

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2005):** entre a cidadania e a caridade. Campinas, SP: UNICAMP - Instituto de Economia, 2005 (Tese de doutorado).

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **A construção da "centralidade da educação básica" e a política educacional paranaense.** Cascavel: Edunioeste, 2005.

FIORI, José Luís. O Cosmopolitismo de Cócoras. In: **Revista Educação e Sociedade.** Campinas, São Paulo : CEDES, XXII, nº 77, dezembro de 2001, p. 11-27.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1994.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INEP. **A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986).** Brasília, 1987, 2v.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial.** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 1999.

PARANÁ, Governo do Estado do. **Diretrizes Globais (1979-1982).** Secretaria de Planejamento, 1979a.

PARANÁ, Governo do Estado do. **Diretrizes Setoriais (1980-1983).** Secretaria de Estado da Educação, 1979b.

PARANÁ, Governo do Estado do, (1980) **Mensagem:** apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado. Curitiba, Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

PARANÁ, SEED, Secretaria de Estado da Educação. **Plano de Trabalho – Recursos do Salário Educação Quota Federal**. Programa III. Ensino de 2º Grau, Paraná, 1981.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial.** Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **(Des) Ajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil:** a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.

---

[1] Mestrando em Educação pela UNIOESTE e membro do GEPPES - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social. E-mail: chotz@bol.com.br

[2] As "Diretrizes Globais" nortearam as ações de governo no período de 1979 a 1982, no estado do Paraná.

[3] Trata-se do Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo – Estado do Paraná, Brasil. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978 – Projeto Especial MEC/OEA.

[4] Acerca da política de combate à pobreza articulada à política educacional, ver, dentre outros, Banco Mundial (1975), Francis M.G. Nogueira (1999), Luis Antonio Cunha (1988) e Roberto Antonio Deitos (2000).

[5] O capitalismo associado caracterizou-se por compreender a associação entre o capital nacional, capital internacional e o capital estatal (Estado Brasileiro) (IANNI, 1991).

[6] Sobre a relação entre requisitos educacionais e mercado de trabalho, ver, dentre outros: Luis Antônio Cunha (1991); Maria Elizabete S.P. Xavier (1990) e Roberto Antonio Deitos (2005).
[7] No caso dos "Centros de Excelência", para o ano de 1981 foram escolhidas 16 micro-regiões, incluindo os municípios de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Naquele mesmo ano, o programa beneficiou as escolas que disponibilizam os cursos de Saúde e Magistério, e que tinham bons indicadores de desempenho, como taxas de aprovação, atuação do corpo docente, condições físicas do prédio, utilização adequada de equipamentos.
[8] A municipalização do ensino de 1º grau intensificou-se no Paraná somente a partir de 1990.
[9] Ver, por exemplo, INEP, 1987, 2v.

Artigo recebido em 7/05/2008
Aprovado para publicação em 19/06/2008